

*Afastamento da vice-reitora, cobrança de contratações, questionamentos ao EVoto, adequações ao PDI...*

## Confira os debates e encaminhamentos da reunião do CO em 25/2/2016

Os representantes do “Chapão Sintunesp/Associações” elaboraram um relato dos principais pontos discutidos na última reunião do Conselho Universitário (CO), realizada no dia 25/2/2016.

Antes que tivesse início a discussão sobre os pontos de pauta, o reitor Julio Cezar Durigan informou que o Tribunal de Justiça de SP (TJSP) havia restabelecido a liminar concedida à Adunesp, que pedia o afastamento da professora Marilza Vieira Cunha Rudge do cargo de vice-reitora. Num primeiro momento, a assessoria jurídica da reitoria tinha conseguido cassar a liminar, mas a nova decisão confirma o entendimento contido na ação da Adunesp, de que o CO extrapolou de suas competências ao manter a vice-reitora no posto mesmo após sua aposentadoria, trazendo insegurança jurídica à Universidade, uma vez que seus atos poderiam ser questionados no futuro. O mérito da ação ainda não foi julgado, mas a decisão atual, após a publicação do acórdão, já obrigará ao afastamento da docente.

Questionado como ficaria a vice-reitoria após o afastamento – a professora Marilza, inclusive, despediu-se do colegiado –, Durigan limitou-se a dizer que ela ainda não formalizou a saída e que a decisão do TJSP não tinha sido publicada. Portanto, ainda não há vacância no cargo.

### Ordem de sucessão

Na presente reunião do CO, foi aprovada a ordem de sucessão em casos de impedimento do reitor e vice-reitora em 2016. Pela ordem: Carlos Antonio Gamero (pró-reitor de Administração), Maria José Soares Mendes Gianini (pró-reitoria de Pesquisa), Laurence Duarte Colvara (pró-reitor de Graduação), Eduardo Kokubun (pró-reitor de Pós-Graduação) e Mariângela Spotti Lopes Fujita (pró-reitora de Extensão Universitária).

### Contingenciamento

No início da reunião do CO, o reitor citou o último boletim do Sintunesp, que traz um relato sobre a reunião do CADE em 17/2/2016, afirmando que a informação relativa ao contingenciamento no estado de SP estava incompleta. Durigan frisou que a Unesp tinha sido contingenciada, sim, no valor de R\$ 32 milhões, segundo o decreto de 14/1/2016. Disse, também, que tomou a decisão de adicionar ao Crédito Suplementar que será requerido ao governo estadual esse montante

de R\$ 32 milhões. No orçamento aprovado em 2015, o Crédito Suplementar a ser solicitado era de, aproximadamente, R\$ 190 milhões, passando agora a de R\$ 222 milhões.

Completando a informação, o pró-reitor de Administração, Carlos Antonio Gamero, presidente do CADE, disse que o contingenciamento previsto no decreto de 5/1/2016 de fato não abrangia as três universidades, mas que no decreto de 14/1/2016 o contingenciamento estendeu-se a elas. Desta forma, solicitou ao Sintunesp que corrigisse a informação. Na ocasião, os representantes dos servidores técnico-administrativos desculpam-se pela veiculação equivocada, que fica corrigida no presente boletim.

### Reposição de servidores

Na “Comunicação dos membros”, o segmento técnico-administrativo perguntou se, em 2016, seria possível a realização de concursos públicos para a reposição de servidores que se desligaram da Unesp (por demissão ou falecimento). Comparando com 2012, atualmente há 500 técnico-administrativos e 200 docentes a menos.

De forma rude, o reitor perguntou ao conselheiro que formulou o questionamento se no CADE e no CO, quando da aprovação do orçamento, havia alguma previsão para contratações. Respondendo ele mesmo que não havia, simplificou: “Então, essa é a resposta.”

Outro representante dos técnico-administrativos interveio e perguntou se, mesmo com as baixas não previstas no orçamento, permaneceremos sem novas contratações. Neste momento, Durigan estendeu um pouco mais a resposta, informando que os desligamentos é que estão conseguindo dar um “pequeno alívio” nos gastos com pessoal e que novas contratações fariam com que o comprometimento com a folha de salários extrapolasse os 100%.

### GT Gestão Administrativa

O Grupo de Trabalho (GT) sobre Gestão Administrativa, criado pelo CADE, apresentou um resumo do seu relatório. Após análises e estudos – sobre quatro eixos centrais: estrutura administrativa, subquadro de pessoal, gestão de processos e pessoas e carreira dos docentes e técnico-administrativos – o grupo indica, basicamente, o seguinte:



- Rever o atual modelo de estrutura (acadêmica, administrativa e colegiada);
- Conduzir um efetivo planejamento estratégico de longo prazo;
- Delinear um novo Plano de Desenvolvimento Institucional.

Durante a discussão deste tema, representantes do Chapão no CO fizeram várias intervenções, solicitando que tudo o que foi estudado e sugerido pelo GT não se perca no tempo e nem caia no esquecimento.

**Obs:** [Clique aqui para acessar o relatório do GT.](#)

### **Adequações no Plano de Desenvolvimento Institucional**

As pró-reitorias da Universidade apresentaram propostas de algumas adequações ao PDI. Representantes do Chapão Sintunesp/Associações e do Chapão da Adunesp alertaram que não se tratava de pequenas mudanças, como sugerido, mas sim de alterações consideráveis no plano. Assim, solicitaram que o assunto fosse melhor estudado pelos colegiados correspondentes e, depois, organizada uma proposta definitiva, e não apenas as propostas das pró-reitorias.

Em votação, as adequações trazidas pelas pró-reitorias tiveram 38 votos, contra 21 votos para que a discussão fosse ampliada aos colegiados.

### **Sistema institucional EVoto**

O Comitê Superior de Tecnologia da Informação (CSTI) da Unesp apresentou documento com proposta de minuta de resolução dispoendo sobre normas para a utilização do sistema institucional EVoto.

Diante da importância do tema, representantes do Chapão Sintunesp/Associações e do Chapão da Adunesp defenderam que fosse criada uma comissão do CO para estudar o sistema de voto na Universidade, afinal, políticas que se referem à democracia na instituição devem partir do próprio colegiado, e não do CSTI, como apresentado na pauta.

Apesar do adiantado da hora e da pouca discussão, a proposta do CSTI foi à votação, angariando 40 votos, contra 12 dos que entenderam ser melhor ampliar a discussão.

**Obs:** [Clique aqui para acessar a resolução aprovada.](#)

A minuta aprovada não contempla as principais sugestões defendidas por Sintunesp e Adunesp na reunião do CO de dezembro/2015 e na presente reunião:

- O estabelecimento de urnas eletrônicas físicas, nas quais o eleitor imprima o seu voto e o deposite numa urna lacrada. Isso permitiria a realização de auditagens, se necessário. Em caso de recurso, os votos poderiam ser conferidos.
- O estabelecimento de comissões eleitorais (central e locais) a cada eleição convocada pela Universidade. Tais comissões poderiam ser indicadas pelos colegiados (centrais e locais). No modelo atual, toda e qualquer decisão (como a suspensão da votação na eleição passada) cabe unicamente à Secretaria Geral da Unesp.
- Divulgação dos resultados por unidade, e não somente os gerais da Universidade.

Entre outras críticas apresentadas ao atual sistema de votação eletrônica na Universidade, está a impossibili-

dade de fiscalização dos procedimentos das votações e da autenticidade do votante. No atual sistema, não se pode garantir que o eleitor está votando em plena liberdade, ou se há alguém pressionando-o para votar em quem se deseja. Também não se pode garantir que quem está votando é realmente o eleitor. A “praticidade” de se votar de qualquer lugar pode gerar um “confortável” sistema de votação. “Confortável” para quem? Na prática, temos um sistema que não garante princípios básicos de uma eleição democrática: a liberdade de voto e a identidade do eleitor.

### **Proposta de alterações em dispositivos do Estatuto da Unesp**

Proposta apresentada por conselheiros vinculados ao Chapão Sintunesp/Associações tem como objetivo revisar o Estatuto da Unesp no que tange à representação do segmento técnico-administrativo nas congregações das unidades universitárias, cujas regras diferem da composição dos órgãos colegiados centrais.

Para os colegiados centrais, a representação dos técnico-administrativos é de 15% do total do colegiado, enquanto que para as congregações, atualmente, é de 15% do número de docentes. Com a revisão, possivelmente o número de representantes técnico-administrativos em algumas congregações irá aumentar. No momento da discussão deste item, já não havia mais quórum suficiente para a realização da votação. O debate foi encaminhado ao próximo CO, em abril.

### **Outros**

**Precatórios** - O reitor anunciou uma mudança na lei sobre o pagamento. Os valores do precatório serão somados e divididos por 60 meses. O valor mensal será depostado na justiça, que fará os pagamentos devidos aos grupos interessados.

**Demissão de servidor com problemas de saúde** - Na reunião do CO, foi destacada a demissão de um servidor técnico-administrativo da FCA/Botucatu. Com mais de 22 anos de Unesp, ele foi demitido no dia 23/12/2015, devido a faltas no trabalho. Foi esclarecido ao CO que o colega tem problemas de saúde e, desta forma, pelo entendimento do Sintunesp, sua demissão foi injusta e não seguiu todos os trâmites e protocolos exigidos para o seu caso. O servidor teve sua defesa feita inicialmente pela AJ da ASU (Associação dos Servidores de Botucatu); pelos relatos recebidos, porém, houve alguns equívocos nesta defesa.

Foi solicitado ao reitor e, também, ao diretor da unidade, atenção especial a este caso. O diretor concordou que a defesa do servidor não foi adequada, o que também pode ter contribuído para sua demissão. Em sua fala, o diretor reconhece o trabalho e a dedicação do colega. Ele se comprometeu, por uma solicitação do Sintunesp, a se empenhar na defesa do servidor quando o recurso chegar ao Conselho Universitário, e disse considerar que há grandes chances de reversão deste processo, ou seja, da sua readmissão.

O alerta feito na reunião do CO foi para que se tome muito cuidado com casos parecidos a este, pois, lamentavelmente, temos vários na Unesp.